

Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX¹

Transformation scenarios: Journalism and History in the twentieth century

MARIALVA CARLOS BARBOSA

Professora do Programa de Pós-Graduação Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

<mcb1@terra.com.br>

RESUMO

Neste texto apresento, inicialmente, três cenários constitutivos das relações Jornalismo e História e que foram denominados, respectivamente, Jornalismo e História, História no Jornalismo e História do Jornalismo. Esses três movimentos constituem o cerne das trocas epistemológicas entre o campo teórico do jornalismo e o campo teórico da história. Ainda como parte do que chamamos História do Jornalismo, são analisados alguns cenários das transformações do jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX, constituindo, dessa forma, um exercício de natureza metodológica para o desenvolvimento das premissas teóricas apresentadas nas duas primeiras partes do artigo. Este texto, originalmente, foi apresentado sob a forma de conferência no concurso público para Professor Titular de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizado em dezembro de 2011, e no qual fui aprovada.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; História; História do jornalismo.

ABSTRACT

Three scenarios constitutive relations journalism and history are presented in this text: Journalism in History, Journalism and History and History of Journalism. These three movements are at the heart of the epistemological exchanges between the theoretical field of journalism and the theoretical field of history. As part of what we call the history of journalism some scenarios of change in Brazilian journalism in the first half of the twentieth century are analyzed, providing thus an exercise in methodological nature to the development of theoretical assumptions presented in the first two parts of the article. This text was originally presented as a conference call for tenders for the Chair Professor of Journalism at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), held in December 2011, and in which I was approved.

KEYWORDS: Journalism; History; History of journalism.

Apresento três imagens do século XIX para iniciar este texto que tem por objetivo descortinar alguns processos jornalísticos do século XX no Brasil e que denominei Cenários de Transformação.

A primeira delas (Fig. 1) é uma simples assinatura: cinco letras formando um nome que está postado num papel e que denota a possibilidade de escrever com mãos firmes o nome que é um próprio. A segunda (Fig. 2) reproduz uma cena ainda hoje submetida à dimensão do esquecimento por aqueles que se ocupam dos processos históricos da imprensa no século XIX: um grupo de homens e mulheres que leem juntos, através de múltiplas possibilidades, um jornal. A terceira e última (Fig. 3) é um simples anúncio publicado e que, no século XIX, repetia-se em jornais, das capitais e do interior, dando conta da fuga reiterada de escravos que não suportavam mais as agruras do cativo.



Figura 1 – Assinatura do escravo Romão no processo que pede sua alforria – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (APJ), nº 14.213, cx. 1505. Ação de Liberdade – Juízo de Órfãos da cidade Valença (RJ). 11 dez. 1873.



Figura 2 – Anúncio publicado no jornal *Província de São Paulo*, 11 jun. 1878.

400:000 RS.

Gratifica-se com a quantia acima : a quem prender e entregar ao abaixo assignado, em Campinas, os escravos seguintes :

Ladisláu, 24 annos, preto, estatura regular, bons dentes, proca e muito risonho, apto para o serviço de roça e cosinha. E' natural de Magé, provincia do Rio, e fugiu da estação de Santa Barbara em Maio de 1876.

Marcos, 27 annos, estatura regular, corpo reforçado, côr parda bem clara, cabellos pretos, finos e annellados, pouca barba e pequeno buço. Passa por domador de animaes, sabe lêr e escrever, entende de cosinha, de pedreiro e carpinteiro. E' natural do Rio Grande do Sul e fug u em Novembro de 1875 da Estação de Santa Barbara. 20—10

Campinas, 22 de Maio de 1878.

João J. de Araújo Vianna

Figura 3 – *Revista Illustrada* (1876-1898), 15 out. 1887.

O que essas três cenas das possibilidades de comunicação dos escravos do século XIX têm de específico para abrir uma conferência cujo objetivo é falar dos processos jornalísticos do século XX? Por que essas remissões das práticas humanas dos escravos brasileiros podem servir de referências para iniciar uma fala que se dedicará a outro momento histórico e a outros grupos sociais?

Em primeiro lugar porque esses personagens só ganharam vida na descrição do pesquisador devido ao fato de restos e rastros terem permanecido como registros

duradouros de outros tempos em um suporte escrito que tem a característica de ter a materialidade durável: foi a inscrição sob a forma de letras impressas de notícias esparsas em periódicos do século XIX que revelou a possibilidade letrada e leitora desses homens e mulheres.

O anúncio publicado sem destaque nos jornais mostra um intrincado mundo de relações sociais e comunicacionais desses personagens, até então, anônimos. Do anúncio, caminhou-se em direção a outras inscrições que transformam os periódicos em espécie de mapas simbólicos das épocas. E, ao lado dos discursos daqueles que passaram à história como defensores da causa da abolição, podem se localizar aqui e ali, perdidas num emaranhado de letras impressas, imagens que revelam as possibilidades de comunicação dos escravos, inclusive sua capacidade leitora. O grau de consciência histórica, no sentido que lhe atribui Agnes Heller (1993), e que faz com que determinados conhecimentos em alguns momentos sejam coisas que ninguém precisa saber, aflora assim como vestígio duradouro das páginas dos jornais. Um grupo de escravos que realiza leituras de múltiplas naturezas – aquele que lê para o ouvido de um outrem e aquele que escuta e repete a leitura por ouvir dizer para outros que também passam a ouvir dizer – é uma cena do esquecimento em função do grau de consciência histórica de determinado momento e do valor do próprio conhecimento histórico.

Foi a partir da imagem dos escravos no eito lendo uma notícia do jornal *O Paiz* (1884-1930) que chegamos à possibilidade escriturária de Romão. Mas o processo de Romão só foi buscado como possibilidade para interpretação das práticas de comunicação porque havia, na materialidade jornal, uma cena que acionou a capacidade interpretativa do pesquisador. Romão “leitor” se transformou em Romão “que escrevia” porque um jornal do século XIX fixou o espírito do tempo daquela época, na qual a multiplicidade dos modos de comunicação era uma das marcas mais

emblemáticas. Um mundo de misturas: letras impressas que dividiam espaços com as manuscritas e um mundo oral que se transmutava em algo audível pela possibilidade leitora de outros.

Com essas reflexões iniciais, estamos destacando três aspectos fundamentais para quem se aventura a interpretar processos jornalísticos localizados no passado, dando ou não a essas interpretações o nome de história da imprensa:

1. fazer história da imprensa ou, do jornalismo, sendo mais específicos, é interpretar práticas humanas em toda a sua complexidade, tentando revelar processos históricos nos quais sempre estão envolvidos sujeitos sociais em toda a sua humanidade;
2. nesse sentido, essa história deve ser sempre a de um sistema, no qual tanto as materialidades dos impressos como os atores envolvidos nessa construção têm importância. A história da imprensa como sistema revela o circuito da comunicação, colocando em prevalência práticas humanas. É preciso responder quem escrevia nessas publicações, com que propósito, como eram essas publicações, a quem se dirigiam esses periódicos, quem era esse sujeito que denominamos leitor, público, espectador, entre uma multiplicidade de substantivos, e, sobretudo, como ele entendia os sinais impressos naquelas páginas;
3. ainda que o jornalismo não seja história, já que o que faz é aglutinar pedaços do passado como se fosse a totalidade, possui a outorga de fixar em materiais duráveis acontecimentos para o futuro. Portanto, estamos afirmando que o valor simbólico do jornalismo advém também de ter a *representância* (Ricoeur, 1997) de fixar o passado para o futuro e de fazer múltiplos usos do passado².

Refletindo sobre essas proposições, dividi este trabalho em três momentos, nos quais enfocarei perspectivas históricas para o jornalismo. Chamei esses momentos de Jornalismo e História, História no Jornalismo e História do Jornalismo.

Jornalismo e História

Quais as possíveis aproximações (ou distanciamentos) entre Jornalismo e História? Por que há, por parte dos jornalistas, a necessidade de querer igualar sua atividade a do historiador: “historiador do instante”, como qualificou Albert Camus (apud Lacouture, 1993, p. 218); “testemunha ocular da história”, como dizia o velho *slogan* do Repórter Esso; ou “historiador do tempo presente” e “historiador do cotidiano”? Essas são algumas das muitas expressões com as quais os jornalistas referendam para si o lugar de historiador.

Samuel Wainer, fundador do jornal *Última Hora* (1951-1971), ao dar um depoimento a ABI, em 1977, sobre sua vida na imprensa começava sua exposição com uma afirmação que serve de ponto de partida para a nossa reflexão: “A imprensa, no Brasil, dizia ele, é uma fonte para a história do país das mais importantes. Talvez não exista em outros países, ou em poucos outros países existirá uma fonte com essa riqueza” (CPDOC/ABI, 2010).

A imprensa, nas suas palavras, se transformava, assim, em fonte privilegiada para construir a própria história do país. Ou seja, deveria não apenas informar e orientar, mas possibilitar o conhecimento de uma multiplicidade de tempos: o presente no qual o jornalista se movia; o passado (já que ao ser instrumento de cultura privilegiava em suas artimanhas narrativas o passado memorial do país), acionando a memória histórica; e, sobretudo, o futuro, pois o jornalista construía narrativas na perspectiva de ser tornarem fontes históricas. Algo a ser novamente acionado para revelar dados, fatos, informações e aspectos de um mundo que permaneceria vivo graças à força documental do jornal.

Observamos na fala de Wainer uma estratégia discursiva que remete a uma das múltiplas possibilidades identitárias dos jornalistas na construção de um lugar superior para o grupo na hierarquia social. Os jornalistas que, ao longo do século XX, construíram-se como intermediário possível entre o poder e o público ou como detentores da

capacidade de construir um discurso neutro e objetivo sobre o mundo edificaram para si mesmos também a imagem de ser capaz de congelar o tempo, fixando o presente como o verdadeiro passado. Portanto, ser o historiador do instante, ser aquele que *faz história* fornece capital simbólico ainda mais superior do que ser apenas o que lida com fatos, informações, acontecimentos que se caracterizam pela impenenidade absoluta.

Evidentemente que a utilização dos periódicos como possíveis fontes para a história, na tentativa de visualizar nos documentos certa ideia de passado, fez com que o jornalismo se afirmasse como espécie de fiador dos *tempus idos*. Fixando sob a forma de suportes duráveis às épocas, procurou desde sempre fazer do passado também lugar privilegiado de sua narrativa. Mesmo o atual, quando aparece em seus registros, é fixado não para o presente, mas como possibilidade de vir a ser, no futuro, fiador do tempo pretérito. Mas o passado fornece capital simbólico, no sentido que atribui ao conceito Bourdieu (1989), indispensável para a imprensa também em função de outras operações realizadas pelos jornais.

Uma delas é a monumentalização do passado. Para isso, pode realizar uma intrincada engenharia escriturária: primeiro seleciona, entre um universo de possíveis, aquilo que será escrito em suportes duradouros; depois remete repetidas vezes a esse acontecimento, reescrevendo aquilo que figurou inicialmente como notícia submetida aos pressupostos da atualidade, para poder, num momento seguinte, monumentalizar o que um dia foi o acontecimento fundador. Esse processo de reinstaurar acontecimentos do passado, monumentalizando-os, induz à produção do próprio acontecimento histórico. Portanto, através de uma operação própria, apenas em semelhança próxima à operação historiográfica, os meios de comunicação são também produtores dos chamados acontecimentos históricos³.

Nessa operação, a questão memorável ocupa lugar central. Trazendo do esquecimento para a lembrança determinados aspectos, mas relegando outros

ao estatuto de “lembranças encobridoras” (Pollak, 1989), produzem memórias dominantes, enquanto outras ficam dilaceradas pelo apagamento de rastros: as memórias dominadas e silenciadas.

Se na questão memorável tão ou mais importante do que a lembrança é a dimensão do esquecimento (já que memória é revelação), os meios de comunicação operam também com o passado a partir do que poderíamos chamar, utilizando aqui a perspectiva de Paul Ricoeur (2007), “esquecimento de reserva”.

Na complexa tipologia que estabeleceu para a problemática do esquecimento, Ricoeur localiza a questão como “a inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história”, estabelecendo uma leitura em que destaca a ideia de “grau de profundidade do esquecimento”, particularizando o que chama esquecimento profundo, por apagamento de rastros, e o esquecimento de reserva (Ricoeur, 2007, p. 425).

Abandonando as digressões da problemática cognitiva da memória (e do esquecimento) em favor de uma pragmática do esquecimento, há que considerar a possibilidade de se poder exercê-lo, construindo também deliberadamente usos e abusos para o seu encobrimento. Estamos afirmando, portanto, que há modalidades de esquecimentos: a uma memória impedida, que atesta a indestrutibilidade do passado vivenciado, acrescenta-se o esquecimento na dimensão da memória manipulada e o esquecimento que pode se converter em perdão.

Assim, o esquecimento de reserva utilizado pelo jornalismo é a reinscrição narrativa de espécies de acontecimentos supra-históricos que afetaram o público no passado e que colocaram nele uma marca afetiva. Esses acontecimentos que voltam periodicamente indicando a sobrevivência de imagens duradouras é esquecimento profundo utilizado como esquecimento de reserva, e que é capaz de reinscrever, por exemplo, imagens duradouras como símbolos da memória histórica de um povo ou de uma nação.

As duas imagens que apresentamos, a seguir, são exemplos dessa tipologia de esquecimento usada à exaustão pelos meios de comunicação (e pelo jornalismo, em particular) não apenas para monumentalizar o passado, mas para construir seus atos narrativos calcados na possibilidade dos usos e abusos do esquecimento, acionando o que estamos chamando de imagens reservas da memória.



Figura 4 – Cortejo do enterro de Vargas, agosto de 1954 (Foto CPDOC – FGV).



Figura 5 – Cortejo do enterro de JK (fotograma da minissérie JK – TV Globo, 2006).

O cortejo fúnebre que ocupa a Avenida Beira Mar, no Rio de Janeiro (Fig. 4), foi fotografado em que época? Dizia respeito a que personagem histórico? A segunda imagem (Fig. 5), congelada a partir de fotograma retirado de um filme de época e que foi novamente acionada numa minissérie histórica, refere-se a que morte histórica? Não é possível dizer se são imagens congeladas do cortejo de Getúlio Vargas ou de Juscelino Kubitschek.

Essa é uma típica imagem memorável que aciona, pela profusão narrativa com que volta à cena repetidas vezes, o que estamos qualificando como esquecimento de reserva. Feita esta primeira reflexão em torno da relação Jornalismo e História, nos ocuparemos agora do que denominei História no Jornalismo. Essa segunda digressão será mais breve, em função de já termos abordado o que estou considerando como postulados fundamentais para a construção de uma história do jornalismo (ou da imprensa). Em seguida entramos na última fase, em que procuramos mostrar, a partir de exemplos que particularizam alguns cenários de transformação da imprensa no século XX, a possibilidade metodológica de fazer uma história do jornalismo a partir da narração privilegiada das ações humanas dos atores sociais envolvidos nesse processo.

História no Jornalismo

Evidentemente, há muitas formas de fazer história. A primeira delas e a mais frequente, inclusive por aqueles que muitas vezes se dedicam a produzir uma história da imprensa, é ter a pretensão de trazer o passado para o presente: não um passado qualquer, mas o verdadeiro passado.

Há também aquelas análises em que atribuem à história uma espécie de dívida e acham que fazer história é compreender a integralidade do passado e, a partir daí, poder construir pontes entre o passado e o presente, como se os *tempos idos* fossem

espécies de iluminadores do mundo em que vivemos. A história, neste caso, traz ensinamentos para que não repitamos no presente erros passados.

Do ponto de vista da análise a ser realizada, pode-se considerar a ideia de processo e a perspectiva diacrônica ou, ao contrário, adotar a perspectiva sincrônica ou estática. No primeiro caso, a mudança e a transformação no processo histórico são os pressupostos principais. No segundo, acentua-se o fato na continuidade estrutural.

Há, portanto, muitas formas de fazer história e contar histórias. E é esse olhar que determinará a maneira como a pesquisa será realizada. Se o passado for considerado como algo que pode ser recuperado tal como ele se deu, as fontes, os documentos e os emblemas do passado que chegaram até o presente, sob a forma de rastros, serão privilegiados na interpretação. Mas se, ao contrário, percebe-se os rastros que do passado chegam até o presente como vestígios memoráveis, permanentemente atualizados pelas perguntas que do presente lançamos ao passado, o que se destacará é a capacidade de invenção da narrativa existente em qualquer análise histórica.

Se essas são premissas gerais de qualquer pressuposto histórico, é preciso considerar sempre a especificidade da prática humana que estará sob o foco de análise: não há história que não seja a história de homens que vivem (e padecem) no mundo. Dois corolários se sobressaem em relação ao que dissemos até agora: a história é interpretação sobre processos realizados por homens que passaram por aqui deixando pegadas e é sempre uma prática interpretativa sobre um passado verossímil. Assim, no caso da história que remonta cenários jornalísticos do passado, o que devemos privilegiar são as práticas humanas envolvidas em processos que são sempre comunicacionais.

Por esta razão, fazer história do jornalismo não é tão somente alinhar fatos, datas e nomes. Não é apenas considerar personagens emblemáticos e singulares que, por uma política de memória, ocupam um lugar perene. Não é tentar localizar a gênese dos

processos, preocupando-se com “o quando tudo começou”. Não é também analisar os discursos produzidos em outros tempos, como se ao analisar esses discursos proferidos estivéssemos automaticamente fazendo história.

Outro aspecto que gostaria de enfatizar é que para fazer história há que introduzir na análise os postulados centrais da teoria da história. Por uma idiossincrasia do campo, para ser reconhecido como científico a qualquer preço, muitas vezes, considera-se que é possível fazer, por exemplo, uma história do jornalismo usando as teorias do jornalismo (Messagi Jr., 2009). Como é possível fazer história sem história?

Portanto, fazer história do jornalismo é minimamente considerar a teoria da história e utilizar os postulados centrais das análises históricas no nos quais tempo, espaço e sujeitos humanos ganham destaque.

Não convém aqui nos determos em cada uma dessas etapas, mas é imprescindível que se tenha conhecimento das maneiras como podemos acessar o passado. E se fazer história é ter acesso ao passado, estaremos modelando sempre conectores essenciais para a visualização desse passado.

O passado chega até o presente sob a forma de sinais comunicativos que perduraram. Esses sinais, rastros, restos e vestígios são ações de comunicação dos homens do passado que chegaram, por inúmeras razões, até o presente. A rigor, o que o historiador faz é reinterpretar ações de comunicação, razão pela qual afirmo que história é comunicação (Barbosa, 2010). Além do rastro, dois outros conectores são fundamentais para alcançar o passado: o tempo, que a história transforma em tempo-calendário, e a sequência de gerações (Ricoeur, 2007).

Não há como fazer história sem considerar a dimensão temporal de sua narrativa e visualizar o calendário, a datação, a sequência temporal como algo exterior ao tempo fenomenológico e ao tempo vivido: ao adotar como medida o calendário, a história cria um terceiro tempo. Esse instrumento de pensamento divide aleatoriamente o tempo,

tendo como princípio a referência a um acontecimento fundador escolhido, momento axial a partir do qual todos os outros acontecimentos serão datados. Cria-se também a possibilidade de percorrer esse tempo calendário em duas direções (antes e depois), sempre em relação ao marco zero estabelecido; e, finalmente, instauram-se unidades de medidas que se constituem em intervalos constantes (dia, mês e ano).

Portanto, não se pode fazer história sem fazer uso da dimensão temporal e do conceito de tempo. É por esta razão que, numa história da imprensa como história dos sistemas de comunicação, também dataremos o início ou momento axial no qual começaremos a contar aquela história.

Apesar dessas questões gerais que se referem a qualquer história, qual seria então a especificidade possível na construção de uma história do jornalismo ou da imprensa? A mais importante diz respeito ao que estamos tentando reinterpretar: o jornalismo está inserido num processo comunicacional e é este processo que deve ser interpretado a luz das possibilidades do passado. Operando num sistema midiático a história do jornalismo é a re-narração desses sistemas e a compreensão dos processos humanos envolvidos nesse circuito.

História do Jornalismo

Chegamos à última parte de nossas reflexões. Nela, vamos apresentar alguns cenários históricos e mostrar como se pode construir a história do jornalismo que estamos enfatizando. Portanto, embutidos na exposição estão os pressupostos metodológicos. Trago para fechar esse momento três outras cenas.

A primeira (Fig. 6) revela novamente uma prática comunicacional de atores do passado e, mais uma vez apresento, os escravos como leitores. A segunda (Fig. 7) é um pequeno extrato do livro *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector. A terceira (Fig. 8) é uma foto de Marc Ferrez que mostra um trabalhador na pausa necessária da

leitura para a pose da máquina fotográfica. São a partir dessas imagens que construiremos as possibilidades interpretativas de uma história do jornalismo centrada nas práticas humanas.



Figura 6 – Os escravos liam para um fazendeiro que via “embatucado” a cena, como diz a legenda da Revista *Illustrada*.

“Mas tinha prazeres. Nas frígidas noites, ela, toda estremecente sob o lençol de brim, costumava ler à luz de vela os anúncios que recortava dos jornais velhos do escritório. É que fazia coleção de anúncios. Colava-os no álbum. Havia um anúncio, o mais precioso, que mostrava em cores o pote aberto de um creme para pele de mulheres que simplesmente não eram ela. Executando o fatal cacoete que pegara de piscar os olhos, ficava só imaginando com delícia: o creme era tão apetitoso que se tivesse dinheiro para comprá-lo não seria boba. Que pele, que nada, ela o comeria, isso sim, às colheradas no pote mesmo”. (Clarice Lispector. A Hora da Estrela, p. 38).

Figura 7 – Extrato de *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector.



Figura 8 – O leitor abaixa o jornal para a câmara (Foto Marc Ferrez).

Uma vez, ao apresentar num Congresso num grupo de História do Jornalismo uma comunicação que começava exatamente mostrando essa imagem dos escravos em atitude de leitura, fui questionada sobre a validade de esta comunicação estar inserida num grupo que discutia a história do jornalismo. Como uma imagem de uma prática de leitura (ainda que o que se estivesse lendo fosse um jornal) podia se conectar com a história do jornalismo?

Atônita diante da indagação, percebi que a suposição dominante que se tem de uma história do jornalismo, da imprensa e da comunicação é que devemos recuperar as materialidades do jornalismo (jornais, revistas, emissoras, etc.) ou, quando muito, as ações dos jornalistas (normalmente aqueles que deixaram marcas duradouras de suas passagens, ou seja, os que ocupavam o lugar de dirigentes). Mas, no nosso entendimento, não estamos nessas histórias interpretando processos de comunicação nos quais as práticas humanas têm prevalência. Não há história sem a interpretação de humanidades possíveis.

A capacidade letrada dos escravos construída em jornais dos tempos idos mostra, no mínimo, aos nossos olhos hoje que esses periódicos faziam parte de seu cotidiano e que, através deles, tinham conhecimento do que se passava no mundo e que o mundo que os interessava dizia respeito aos atos possíveis de transformar cada um deles de cativos em seres livres. A imagem leitora dos escravos segurando o jornal *O Paiz* é indício da explosão da palavra impressa no final do século XIX, da importância que determinados periódicos assumem no início da cena do século XX, no qual alguns deles – inclusive *O Paiz* – multiplicam suas estratégias para atingir um público mais vasto. Mostra um longo processo no século XX de construção da popularização dos periódicos a partir de múltiplas estratégias editoriais, redacionais, administrativas, etc., que os transformam em “fábricas de notícias”. Mas, mostra mais: indicam as possibilidades de apropriações plurais do público, as múltiplas formas de leitura e de

relações que o público, sempre multifacetado e plural, estabelece com o jornalismo e com os meios de comunicação.

O rastro significativo da leitura é chave interpretativa, portanto, para o primeiro cenário de transformação da imprensa no final do século XIX e início do século XX: a construção dos jornais, no Rio de Janeiro, num primeiro momento, e em São Paulo, já nos anos 1920, como fábricas de notícias. O primeiro processo para explosão da palavra impressa e para a construção da modernização do jornalismo, num longo percurso que teria outro ponto inflexivo na chamada modernização da imprensa nos anos 1950.

O pequeno trecho do romance de Clarice Lispector mostra, pelas margens, exatamente este processo de modernização do jornalismo brasileiro na segunda metade do século XX. No livro, além de se referir às emissoras de rádio, no caso a Rádio Relógio que pingava o tempo em gotas nos minutos que marcava, Lispector descreve também a maneira como Macabéa lia os anúncios publicitários publicados nas revistas. O creme do anúncio aparecia na imagem como algo apetitoso, graças à impressão perfeita possibilitada pelo avanço das tecnologias da impressão. Aquele creme Macabéa queria comer. Portanto, interessava a ela não as notícias, as informações, os detalhes de um mundo em crise deixado a mostra pelos atos narrativos do jornalismo, mas as imagens que, de tão perfeitas, saltavam das páginas para o mundo da imaginação do personagem de Clarice.

O rastro presente no romance sobre o passado histórico do mundo da imprensa indica também traços de um intrincado processo de modernização da palavra jornalística em meados dos anos 1950 e que, a rigor, começara no início do século XX, transformando não apenas os modos de apropriação do público, mas práticas redacionais e editoriais, o mundo do trabalho, as identidades do jornalista e, talvez, o mais importante, construindo a autonomização do jornalismo em relação ao campo literário e ao campo político.

Mas transformava, sobretudo, práticas humanas invadidas por palavras impressas que eram cada vez mais coisas visuais, ampliando a forma como o público se relacionava com os jornais, a maneira como considerava o jornalismo, retroalimentado pelas identidades construídas pelos profissionais em torno do saber e do lugar de poder da profissão.

A última imagem sintetiza, talvez, o mais marcante cenário das mudanças dos jornais brasileiros no século XX: a sua transformação em reveladores de um mundo desconhecido e até então imaginado para múltiplos leitores. Em suma, a ampliação do mundo dos periódicos preparando caminho para a explosão da massificação dos modos eletroacústicos de comunicação, o que só se daria com mais intensidade a partir dos anos 1970.

Assim, do ponto de vista de uma história do jornalismo, o século XX foi o momento em que se definiram os parâmetros da profissão, que o jornalismo se construiu como lugar simbólico específico, que se estruturou como lugar de fala reconhecido e autorizado, que se constituíram as grandes empresas aumentando sua ingerência em relação ao poder político e que houve, enfim, uma autonomização reconhecida (e, sobretudo, buscada) em relação ao campo literário. Enfim, que o século XX foi o momento em que o campo jornalístico se constituiu como lugar de fala, disputas e reconhecimento e se instaurou o profissionalismo em torno do ser (e do fazer) jornalismo.

Portanto, falar dos cenários de transformação do jornalismo na primeira metade do século XX é se referir a múltiplos processos que coexistiram em diversos espaços e tempos sociais. Claro que essas transformações não foram unívocas: em muitos lugares, continuou-se a praticar um jornalismo que mais tinha a ver com as práticas do século XIX, jornal de um homem só, aparecido ao sabor de interesses momentâneos, de poucas páginas, repleto de opiniões particulares e particularistas.

A imagem do trabalhador junto a um quiosque que abaixa a folha para fixar a câmera, ao lado do pequeno jornaleiro que sobraça um enorme maço de jornais, mostra ainda as possibilidades de relação desses sujeitos históricos com o mundo do jornalismo. Evidencia a ampliação do público, que agora podia ser também um homem que calçava tamancos e, nas horas livres do dia, entre um gole de pinga e uma prosa com outros no quiosque, lia os noticiários de sensações. Tomava conhecimento de um mundo desconhecido e entrava no universo de sonho que também os jornais continham.

A imagem do público presumido e que ganha uma face real revela, enfim, a ampliação do mundo do jornalismo em direção ao mundo do público, a partir da adoção de práticas e processos tecnológicos num momento governado cada vez mais pelas tecnologias que invadiam o cotidiano de muitos. Um mundo que se iluminara, um mundo que construiria aparatos tecnológicos capazes de mostrar cenas em movimento, que marcava rigorosamente o tempo inclusive no mundo do trabalho dos jornalistas. Edições extras, edições matutinas, edições vespertinas indicam uma aceleração do tempo em torno das novidades que não paravam de se fazer construir.

Capitaneados pelas tecnologias que dominavam o novo século, nos periódicos mais importantes do Rio de Janeiro, neste momento, a modernização se transforma em palavra de ordem. O telégrafo, que aqui chegou em 1874, tornou o mundo mais próximo na edição das publicações. Graças à sua implantação, era possível noticiar fatos do mundo ocorridos ontem e transportar notícias até províncias longínquas. O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo, as impressoras Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos.

Os jornais implantam artefatos tecnológicos que modificam a maneira como são produzidos: máquinas de linotipia substituindo o trabalho de até 12 homens nas antigas composições manuais; máquinas de imprimir “vomitando” de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar reproduzindo em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitiam a publicação de clichês em cores. Os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se referenciam. Cada vez mais são ícones da modernidade, num país que quer ser símbolo de um novo tempo.

Os jornais, sobretudo aqueles que querem consolidar sua força junto ao público e, conseqüentemente, sua ingerência política, deviam implantar novos artefatos tecnológicos, permitindo maior tiragem, maior qualidade e maior rapidez na impressão. Era preciso também diminuir as distâncias entre o acontecimento e o público. Rapidez passa a ser palavra de ordem no início da República.

Constrói-se também, paulatinamente, a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. E as tecnologias, mais uma vez, são fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra e atual. Se o telégrafo torna os acontecimentos visíveis, há que informar, cada vez mais, os fatos que ocorrem próximos ao público. A opinião é, assim, gradativamente separada de uma ideia de informação isenta e, nesse processo, os novos artefatos tecnológicos desempenham papel fundamental.

Para conquistar mais leitores, um tipo de notícia passa a ter primazia: as de natureza policial. Com o mesmo objetivo, assiste-se à difusão do folhetim. Os jornais publicam charges diárias, escândalos sensacionais, os palpites do jogo do bicho, as notícias dos cordões e blocos carnavalescos, dentre uma gama variável de assuntos, com a preocupação maior de atingir um universo significativo, vasto e heterogêneo de leitores.

Considerações finais

Produzir uma interpretação na direção de uma história é falar num mundo que mistura modos de comunicação. Misturas nas práticas, na forma como subsistem numa mesma época processos diversos que fazem com que um suporte possa conter variados modos de comunicação. Mistura na forma necessariamente como o público se relaciona com os meios no cotidiano: modos de ver, modos de ler, de se conectar e de “caçar experiências” (De Certeau, 2001).

Esse mundo de misturas obriga a que se pense, necessariamente, em uma dupla relação: comunicação e público e comunicação e poder. Sem o público a lhes dar respaldo real e simbólico, os meios de comunicação não adquirem poder suficiente para se tornar “intermediários possíveis entre o poder e o público” ou para participar efetivamente do jogo de barganha do poder com que também construíram sua história no Brasil.

Não me deterei nessa relação, pois o propósito que tenho hoje não é este. Hoje o que gostaria de mostrar é como a partir de sinais significantes, esparsos, presumidos e sempre submetidos à pluralidade interpretativa pode-se construir uma história do jornalismo que destaque, sobretudo, as práticas dos atores sociais e humanos envolvidos nesses cenários.

Nesse sentido, ainda no final da primeira metade do século XX ocorreu a mais extraordinária mudança no jornalismo, o momento de profissionalização do ofício, ou seja, o já mítico processo de modernização da imprensa dos anos 1950. Sobre esse momento, há que destacar dois aspectos: se por um lado há, de fato, a introdução de uma série de práticas e processos que mudou o modo de fazer jornalismo em muitos periódicos, por outro, há que se considerar que, por uma série de estratégias memoráveis, os atores chaves desta modernização construíram, também discursivamente, esse momento como repleto de importância e de singularidade absoluta. É também por um processo memorável que este

momento se constitui como uma espécie de mítica do próprio jornalismo: o instante em que destemidos e visionários repórteres – os verdadeiros repórteres – mudaram radicalmente a imprensa⁴.

Chegamos ao final da década de 1950, com os sentidos do jornalismo renovado. Novos nomes e personagens figuram na cena dos principais periódicos: *lide*, *sub-lide*, *copy-desk*, mas também censura e limites na liberdade de expressão. Um turbilhão de práticas e processos que transformaram gradualmente o fazer jornalístico.

Se modernização é uma espécie de síntese da história do jornalismo da primeira metade do século XX, o início da década de 1960 remete às consequências da censura política que se abate sobre a imprensa, o que foi decisivo para o distanciamento da polêmica em torno desse tema nos meios de comunicação. Esse silêncio vai produzir alterações nos conteúdos dos jornais diários, uma vez que terão que abandonar gradativamente o papel de amplificadores e construtores desses enredos, afastando-se dos protagonistas e deixando de ser eles mesmos personagens do campo político.

Nessa espécie de calidoscópio em que apresentamos cenários das transformações do jornalismo na primeira metade do século XX, algumas características se sobressaem. Talvez a mais expressiva seja a definição do ser e do fazer jornalismo, ou seja, a construção da profissão dentro de determinados parâmetros narrativos e simbólicos nos quais a sua transformação numa espécie de relator da realidade do mundo se sobressai.

Para isso, uma série de estratégias e práticas de natureza política foi fundamental. Houve primeiramente que se transformar o jornalismo e os jornais em algo da modernidade, rompendo com todos os vínculos em relação a um mundo anterior, representado pelos idílios do século XIX. Havia que se ligar o jornalismo e os jornais, as fábricas de notícias, à modernidade de uma República compulsória e que se diferenciava radicalmente do Império, identificado com o arcaísmo.

Mas, se houve rupturas, houve, sobretudo, permanências. Nesse sentido, as transformações do século XX aguçam, em certa medida, o caminho que tomara os jornais desde os anos 1820 do século XIX, quando amplificam os debates de uma esfera pública que torna fundamental o jornalismo. Aguçam os modos como se configuram os sistemas de comunicação desde os primórdios do século XIX, quando as notícias que “corriam léguas e andavam a passos largos” migravam do mundo da oralidade para o mundo das letras impressas se metamorfoseando em tipos fixados sob a forma jornal. Se as transformações foram múltiplas e decisivas, há que se pensar também nas permanências dos modos de comunicação que colocavam em diálogo fundamental o público com meios, que passam a fazer gradativamente parte do cotidiano de leitores múltiplos e plurais.

Talvez a transformação mais emblemática da imprensa na primeira metade do século XX seja decorrente do mundo de misturas da comunicação: a imprensa passa a dividir a cena comunicacional com o mundo sonoro do rádio e o mundo áudio e visual da televisão. As letras impressas, que sempre foram mais ouvidas do que lidas, misturam-se aos sons que se esparramam pelo ar, que se misturam aos papéis impressos transformados em alto e bom som e finalmente ao mundo visual e auditivo que sai de uma caixa imagético/sonora. A imprensa definitivamente se transforma no século XX impulsionada por novos artefatos tecnológicos, mas, sobretudo, pela cultura de um público que urde sua relação com os meios a partir de diálogos despedaçados, plurais, transitórios e, ao mesmo tempo, complementares. ●

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. Múltiplas formas de contar uma história. *Alceu* (PUCRJ), v. 10, n. 20, pp. 25-39, jan./jun. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 2001.

- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MESSAGI JÚNIOR, Mario. *O texto jornalístico no centro de uma revisão da história da imprensa no Brasil*. Tese de doutorado em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.
- MENESES, Sonia Maria. *Operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.
- _____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997. v. III.
- WAINER, Samuel. *Samuel Wainer I (depoimento, 1996)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI), 2010.

NOTAS

- ¹ Conferência realizada em 14 de dezembro de 2011 – Concurso Público de Professor Titular de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- ² *Representância*, na definição de Ricoeur (2007, pp. 288-296), é a cristalização de expectativas da história e a sua intencionalidade. O que é objetivado pelo conhecimento histórico pressupõe um pacto que permite ao historiador descrever situações que existiram antes de sua própria existência (e de sua narrativa). A *representância* implica sempre uma relação do texto com o seu referente: no caso do texto histórico, esse referente é o rastro, o vestígio do passado.
- ³ Meneses (2011) chamou essa intrincada escritura de “operação midiográfica” fazendo um paralelo com o conceito de “operação historiográfica”, utilizado por De Certeau (1982).
- ⁴ Não estamos com isso dizendo que este processo se constituiu apenas *a posteriori*. Como sempre nos alerta Ana Paula Goulart Ribeiro no momento mesmo de implantação do processo de modernização, os atores centrais nesse processo, entre os quais se inclui, por exemplo, Alberto Dines, os jornalistas já referendavam para si mesmos o papel de modernizadores.